

# Sarney decide reduzir a dívida externa em 1985

Brasília — A dívida externa brasileira — estimada em 109 bilhões de dólares — será reduzida, em termos reais, este ano, segundo decisão tomada, ontem, pelo Presidente José Sarney. Ele admite que seu programa econômico, que prevê crescimento de 5% este ano e a redução da dívida, poderá não compor o quadro desejado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), mas esta é a posição que pretende seguir, sem concessões.

A informação foi prestada, ontem, pelo porta-voz do Palácio do Planalto, Antonio Frota Neto. Segundo ele, Sarney acredita que o Governo "não está numa posição irresponsável de reivindicar do FMI posições inaceitáveis". O Presidente tem convicção de que a sociedade, através de suas lideranças representativas e do próprio povo, vai se alinhar e se unir, dando apoio político para que o Governo tenha uma posição firme diante do FMI e dos bancos credores.

## Reducir a dívida

Técnicos da área econômica explicaram como a dívida externa brasileira poderá ser reduzida em termos reais este ano. Para a dívida ser mantida estável, em 1985, o país poderia obter no mercado financeiro internacional, ainda neste exercício, 4 bilhões de dólares.

A posição de Sarney, segundo estes técnicos, deverá ser a de, através dos cortes das despesas públicas, reduzir sua necessidade de recorrer a recursos externos. Qualquer volume abaixo de 4 bilhões de dólares representará uma redução, em termos reais, na dívida externa do país.

As hipóteses em estudo são variadas: simplesmente não pegar new money (capital novo) este ano ou tentar limitá-lo entre 1 bilhão de dólares e 3 bilhões e 500 milhões de dólares.

## Negociação política

Frota Neto, ao relatar a posição de Sarney a respeito da renegociação, tanto com os credores quanto com o FMI, deixou claro que é inquestionável a posição política do Presidente ao condicionar estas negociações a um crescimento econômico do país.

"Sarney defende a retomada do crescimento e rejeita a recessão", resumiu seu porta-voz para assuntos econômicos. Ele voltou a lembrar que a estratégia de negociação deste Governo é completamente diferente da adotada pelo seu antecessor e explicou: "O Governo não vai entrar no mercado de peixes de concessões impossíveis, que não podem ser cumpridas, porque, se assim agisse, só colocaria em descrédito o programa econômico adotado pelo Governo".